



EDITORIAL

Um novo futuro para o Cooperativismo Português

Acabei de chegar ao Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo – INSCOOP – com a missão de renovar a sua contribuição para o desenvolvimento, prestígio e visibilidade do cooperativismo em Portugal. Assumi a missão que me foi cometida pelo governo com plena consciência dos riscos da mesma serem potenciados pelo actual contexto de crise financeira e económica global a que nem o país, nem o sector cooperativo e social, escapam.

O desafio que foi colocado tem, no entanto, uma especificidade que constitui um desafio da maior actualidade: criar uma entidade que, garantindo que se não percam nem a tradição nem as funções exercidas pelo INSCOOP, abranja um mais vasto conjunto de instituições que se situam no âmbito das actividades de um sector que, nos últimos anos, se tem consolidado sob a designação de Economia Social.

Recentemente o Parlamento Europeu adoptou uma Resolução cujo significado não deve ser desvalorizado pelo movimento cooperativo já que, pela primeira vez no âmbito das instituições da UE, se reconhece a Economia Social não só no plano jurídico como também como parceiro social: “considera que as componentes da Economia Social deveriam ser reconhecidas no diálogo social intersectorial da UE e sugere que tanto a Comissão como os Estados Membros apoiem energeticamente o processo de inclusão dos actores da economia social na concertação social e no diálogo civil.”

A Economia Social representa 10% do conjunto das empresas europeias, abarca um universo de 2 milhões de empresas, representa 6% do emprego total, sendo

consensual o reconhecimento do seu elevado potencial para gerar, e manter, empregos estáveis já que, pela sua própria natureza, as empresas que integram a vasta e complexa rede que constitui o sector não são susceptíveis de serem deslocalizadas.

A resolução do Parlamento Europeu de 19 de Fevereiro de 2009 é um marco relevante, nos planos institucional e político, para o reconhecimento da Economia Social e também para o relançamento do cooperativismo, declarando a relevância do seu papel no esforço colectivo exigível a todos os Estados, cidadãos e organizações da sociedade civil, em prol da criação de um novo paradigma de desenvolvimento económico-social que resultará, mais tarde ou mais cedo, da crise do modelo de desenvolvimento assente, sem mais, na economia de mercado.

Não anuncio a abertura de uma nova época de ouro para o “sector cooperativo e social” consagrado, a letras vincadas, na nossa Constituição da República, nem anuncio um “mar de rosas”, ou uma época de facilidades e de plena reconciliação com os princípios fundadores do cooperativismo que, de forma tão clarividente, foram enunciados por António Sérgio, e que ilustro com a frase que tomei para epigrafe deste texto, mas tão somente, uma época de novas esperanças, e oportunidades, que a cada protagonista do mundo cooperativo cabe, através da sua iniciativa e acção, aproveitar em favor de um novo futuro para o cooperativismo português.

*Eduardo Graça
(Presidente do INSCOOP)*



→ Eduardo Graça

*“Como definiremos uma cooperativa?
Como uma empresa que é ao mesmo tempo uma associação de pessoas
(e não uma mera associação de capitais, ao modo das empresas capitalistas), e,
além disso, um lar de convivência fraterna e um foco de aperfeiçoamento
intelectual e moral, tendo por objectivo o criar um novo sistema de relações sociais
e fazer terminar (em grau maior ou menor) as divergências de interesses
e os antagonismos económicos.”*

António Sérgio